

**ANÍSIO TEIXEIRA E A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PÚBLICA DE QUALIDADE:  
REFLEXÕES ACERCA DAS IMPLICAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL***ANÍSIO TEIXEIRA AND THE DEMOCRATIC AND QUALITY PUBLIC EDUCATION:  
REFLECTIONS ON THE IMPLICATIONS OF EDUCATIONAL MANAGEMENT*

*José Aguiar NOBRE<sup>1</sup>  
Samuel MENDONÇA<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Este artigo, de cunho teórico, circunscrito ao campo da filosofia da educação, trata da questão da educação democrática e pública de qualidade em Anísio Teixeira e seus impactos para a gestão educacional. O problema diz respeito à pergunta: qual a relação entre a gestão da educação e a sociedade democrática a partir do pensamento pedagógico de Anísio Teixeira? Com o objetivo de revisitar o pensamento de Anísio Teixeira e mostrar sua potência para discussões em torno de políticas públicas em geral, e da gestão educacional de forma particular, argumenta-se sobre a concepção de democracia que não se restringe à forma de governo, mas, justamente, diz respeito a uma nova organização social, em que se buscam oferecer a todos os indivíduos iguais oportunidades e iguais responsabilidades para a expansão livre de seus valores. Discute-se acerca da necessidade de constante avaliação sobre as potencialidades disponíveis na comunidade dos usuários da escola pública para sua participação na gestão democrática, medindo os obstáculos a fim de que eles não acabem por sufocar as potencialidades da comunidade. Os resultados consistem em admitir que a luta pela democratização do acesso à boa educação e permanência na escola com sucesso necessita de um ensino que se oriente no sentido de conduzir o estudante a ser sujeito de seu aprendizado, fazendo dele um cidadão habilitado na compreensão e condução de sua vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anísio Teixeira. Educação democrática. Gestão educacional. Escola pública.

**INTRODUÇÃO**

A relação entre educação pública e sociedade democrática é intrínseca, uma vez que, a partir do pensamento pedagógico de Anísio Teixeira, compreendemos que a efetivação da sociedade democrática se dá a partir de uma educação de qualidade que esteja ao alcance de todos. E a sociedade democrática caracteriza-se essencialmente a partir do acesso de todos a uma boa educação, aos benefícios do conhecimento construído socialmente.

<sup>1</sup> Doutorando em Teologia Sistemático-Pastoral pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2002); Bacharel em Teologia pelo Instituto São Paulo de Estudos Superiores (2007); Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção (2008). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2012). Membro da Asociación Latinoamericana de Filosofía de lá Educación. Endereço eletrônico: nobre.jose@gmail.com

<sup>2</sup> Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ), Doutor em Filosofia da Educação (Unicamp, 2009), Bacharel, Licenciado e Mestre em Filosofia pela PUC Campinas, Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Campinas. É participante de diversas sociedades internacionais de filosofia da educação: PES - Philosophy of Education Society, INPE - International Network of Philosophers of Education e ALFE - Asociación Latinoamericana de Filosofía de la Educación. Endereço eletrônico: samuelms@gmail.com

A questão inicial que norteia nosso trabalho é: qual a relação entre a gestão da educação e a sociedade democrática a partir do pensamento pedagógico de Anísio Teixeira? Compreendemos que há uma relação intrínseca, no sentido de que a educação é condição indispensável para a existência do Estado democrático. O método de nosso estudo, circunscrito a partir da Filosofia da Educação, é a pesquisa bibliográfica, isto é, utilizamos leituras, resumos e fichamentos do referencial teórico adotado como principal: Woodruff (2005), Jaeger (2001), Teixeira (2006, 2007, 2009), Paro (2000) e Nunes (2009).

Do ponto de vista formal, este artigo está organizado em três momentos, sendo que o terceiro subdivide-se em dois subitens. Refletimos sobre a educação democrática e as implicações acerca da gestão educacional na atualidade. Sendo a educação um direito constitucional de todos os brasileiros e responsabilidade das três esferas (federal, estadual e municipal), a partir do legado de Anísio Teixeira, discutimos as implicações imbricadas atualmente na relação entre educação pública e sociedade democrática. Norteados por essa problemática, a estrutura desenvolve-se com os seguintes subitens: A educação democrática e pública de qualidade: considerações propedêuticas; Conceito de democracia em Anísio Teixeira; Democratização de acesso e a questão da gestão democrática da escola pública, o qual se desdobra em: Desafios da gestão democrática da escola pública e As perspectivas da gestão democrática da escola pública da atualidade.

Os resultados do artigo apontam para a necessidade de um ensino que se oriente no sentido de conduzir o estudante a ser sujeito de seu aprendizado, fazendo dele um cidadão habilitado na compreensão e condução de sua vida.

## **A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PÚBLICA DE QUALIDADE: CONSIDERAÇÕES PROPEDÊUTICAS**

Para compreendermos a relação intrínseca que se estabelece entre educação e sociedade democrática a partir do pensamento de Anísio Teixeira, faz-se necessário entender como esse autor entendia a educação democrática. Por certo, julgamos importante reportarmo-nos à cultura ateniense, paradigma de análise desta questão.

A primeira democracia acredita que a comunidade pode ensinar as virtudes que a sustentam [aos seus jovens]. Platão e Sócrates rejeitam essas ideias, e para piorar, eles rejeitam muito mais o que os atenienses ensinam do que os métodos de ensino em si. Sócrates morreu por essas crenças. [...]. Sócrates acreditava que ninguém em Atenas – e certamente não ele – sabia como fazer as pessoas melhores. Seu ponto de vista estava baseado em uma analogia ruim entre bondade e habilidade técnica. Uma boa comunidade não poderia fazer alguém um melhor médico, mas poderia ajudar alguém a se tornar uma pessoa melhor. (WOODRUFF, 2005, p. 195)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> No original se lê: "First Democracy assumes that community can teach the virtues that sustain it. Plato and Socrates rejected that assumption; to make matters worse, they rejected much of what Athens was trying to teach and many of its teaching methods as well. Socrates died over these differences [...]. Socrates believed that no one in Athens – certainly not himself – knew how to make people better. His view was based on a bad analogy between goodness and technical skill. A good community won't make you a better doctor, but it can help you become a better person".

Esta primeira asserção, de que “a comunidade pode ensinar as primeiras virtudes que a sustentam [aos seus jovens]”, remete-nos à concepção de educação de Anísio Teixeira – que consta do próximo item –, segundo a qual vida e educação acontecem simultaneamente; o ser humano não estaria em dado momento vivendo e em outro, se educando, mas vida e educação se misturariam no processo vital e educacional, ou seja, enquanto a comunidade vivencia seus valores, os jovens, que também fazem parte do conjunto da comunidade, estão se educando segundo os mesmos valores propugnados pela comunidade.

Na perspectiva da Paideia grega, reportamo-nos ao caráter da pedagogia socrática. Sabemos que em seu processo educativo Sócrates dedicou-se ao “cuidado da alma”, isto é, orientou seus contemporâneos a buscar sempre uma nova forma de vida, “baseando-se integralmente no valor interior do homem. E os seus discípulos souberam compreender que era nesta renovação da velha arquetípica do filósofo como encarnação de um novo ideal de vida que residia a força principal da Paideia socrática”. (JAEGER, 2001, p. 537). Ao nos reportarmos à educação greco-socrática, vemos que a redobrada atenção dedicada às “coisas humanas” atua como um princípio seletivo no reino dos valores culturais vigentes até então.

A educação socrática tinha uma preocupação educacional no sentido de que o homem se dedicasse aos estudos, não um estudar por estudar, mas que o estudo conduzisse a formação humana levando em conta a dimensão social. Essa concepção de educação tem a preocupação de fazer com que o cidadão possa estudar fazendo a crítica do estudo, no sentido de que este não tem um fim em si mesmo. Pelo trecho que se segue, podemos ver que Sócrates

[...] não professa teses abstratas, mas se põe de acordo com os seus cidadãos a respeito de algo comum, que serve de ponto de partida para toda a conversação desta natureza e cuja raiz se situa na origem e pátria comuns, no passado e na história, na lei e na constituição política: a democracia ateniense. É esse “quê” de comum que dá conteúdo concreto ao universal que o seu pensamento procura. (JAEGER, 2001, p. 578).

O mesmo desejo de uma educação comum de acesso para todos os cidadãos, uma educação que conduzisse o homem para uma vida social, ideal da democracia ateniense, propugnada por Sócrates, entendemos que também era o ideal de Anísio Teixeira. Ele postulava uma educação democrática para todos, independentemente das histórias pessoais e das diferenças individuais de cada ser.

O ideal, a aspiração da democracia pressupõe um postulado fundamental ou básico, que liga indissolivelmente educação e democracia. Esse postulado é o de que todos os homens são suficientemente educáveis, para conduzir a vida em sociedade, de forma a cada um e todos dela partilharem como iguais, a despeito das diferenças das perspectivas históricas pessoais e das diferenças propriamente individuais. (TEIXEIRA, 2006, p. 253).

Esse ideal anisiano da educação democrática, que tem fundamento filosófico na educação ateniense, como possibilidade comum para todos, parte de sua crença de que o homem é um animal verdadeiramente educável, talvez o mais educável, “o que basta para justificar a sua aspiração de organizar a vida de modo a todos poderem dela participar, como indivíduos autônomos e iguais”. (TEIXEIRA, 2006, p. 254). Todo povo que alcança um nível elevado de conhecimento e desenvolvimento busca imediatamente a prática educativa. Sabemos que a educação “é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual”. (JAEGER, 2001, p. 5). Entendemos que, diferentemente dos animais irracionais, por meio da vontade consciente e da razão, o homem, com a mudança das coisas no decorrer dos tempos, conserva e propaga sua forma de existência nas várias dimensões: social, religiosa, política, cultural, educacional etc.

O ideal de educação inspirado por Anísio Teixeira e sua luta por uma educação democrática e pública de qualidade<sup>4</sup> eram movidos exatamente por esse desejo profundo de que todos os cidadãos pudessem ter acesso ao conhecimento histórico acumulado e, assim, alcançassem democraticamente sua posição de seres humanos suficientemente educados. Vejamos, no item seguinte, como Anísio Teixeira concebe essa democracia.

### CONCEITO DE DEMOCRACIA EM ANÍSIO TEIXEIRA

Anísio Teixeira entende a democracia não somente como uma forma de governo, mas como uma nova organização social que possibilitaria a todos os indivíduos iguais oportunidades e responsabilidades para a livre expansão de seus valores. “Democracia não é [...] somente uma forma de governo, mas uma nova organização social, em que se busca oferecer a todos os indivíduos iguais oportunidades e iguais responsabilidades para a livre expansão dos seus valores”. (TEIXEIRA, 2007, p. 67) Esse ideal, se colocado em prática, consistiria, em essência, na transformação da “Grande Sociedade” na “Grande Comunidade”, isto é, toda a comunidade deveria encarregar-se de exercer a democracia, uma vez que nessa nova maneira de encará-la todos os cidadãos receberiam iguais oportunidades para a livre expansão dos valores.

Anísio Teixeira tem conhecimento das dificuldades para se efetivar a democracia, uma vez que assim ele a entende: “A democracia é, pois, um programa evolutivo de vida humana, que, apenas há cerca de cento e oitenta anos, começou a ser tentado [...], mas está longe de ter complexa consagração”. (TEIXEIRA, 2006, p. 254). O educador baiano acredita no potencial da educação para se evitarem as desigualdades humanas profundas e iníquas e se fomentar uma democracia que possibilite a formação do homem. A esse respeito, argumenta:

---

<sup>4</sup> Antunes (2011) discute as concepções presentes na avaliação do ensino superior no contexto do Plano Nacional de Educação, 2001-2010. Há quem problematize não somente a avaliação do ensino superior como outras questões relativas às políticas públicas educacionais no contexto das metas do Plano Nacional de Educação vigente. Esses exemplos servem para mostrar a atualidade de Anísio Teixeira.

Deixada a si mesma, a vida humana não produz democracia, mas, como nos confirma toda a história, regimes de afirmação das desigualdades humanas, não somente das desigualdades individuais, reais e intransponíveis, mas, fundadas mais ou menos nelas, de desigualdades artificiais profundas e, do ponto de vista democrático, consideradas iníquas. Ou a educação se faz o processo das modificações necessárias na formação do homem para que se opere a democracia, ou o modo democrático de viver não se poderá efetivar. Daí ser a educação um dos fundamentos da crença democrática [...] não vem a escola sendo o desejo do instrumento de sua realização, mas, tantas vezes, um outro meio de se preservarem as desigualdades sociais. É que não é qualquer educação que produz democracia, mas, somente, insisto, aquela que for intencionalmente e lucidamente planejada para produzir esse regime político e social. (TEIXEIRA, 2006, p. 254).

Vimos que o valor que Anísio Teixeira atribui à educação democrática é pautado não em uma educação qualquer, mas que ele insiste em uma educação lúcida e intencionalmente planejada em busca desse fim: o regime político e social democrático. Ele afirma que o postulado da educação democrática é ligado a um programa de vida que, por sua vez, está atrelado a um programa de educação verdadeiramente democrático e não a um programa educacional que favoreça a desigualdade por meio de um sistema que, em nome da “democracia”, acabe gerando uma escola excludente.

Desconfiado de que o homem por si só não poderia chegar ao patamar de uma ordenada vida social, Anísio Teixeira aposta firmemente na necessidade de melhor educar o homem para que ele exerça o papel de participante e modificador da sociedade, mediante sua liberdade de pensamento e de crítica. Vejamos:

[...] começando a perceber, não só a necessidade de planejar muito mais rigorosamente a vida econômica e política da sociedade, como, sobretudo, a necessidade de educar muito melhor o indivíduo, para que lhe seja possível exercer o seu papel de *participante* da vida social complexa e organizada de uma sociedade avançada, e também o de *modificar* de sua rotina e organização, pela independência e liberdade de pensamento e de crítica. (TEIXEIRA, 2006, p. 257, grifos do autor).

É a liberdade de pensamento e de crítica que habilitará a vivência humana nas constelações de sociedades do mundo globalizado: “A sociedade não é um todo único, mas, de fato, e, sobretudo a moderna sociedade, uma constelação de ‘sociedades’”. (TEIXEIRA, 2006, p. 257). E o máximo de características comuns existentes dentro da sociedade democrática, isto é, dentro das “constelações sociais”, é o que lhe confere marca distinta com idêntico interesse e respeito mútuo.

A escola democrática é, por sua vez, a escola que põe em prática esse ideal democrático e procura torná-lo a atitude fundamental do professor, do aluno e da administração. À luz desse critério devemos julgar cada um dos fatores da escola: currículo, métodos, organização, ou seja, atividades, processos e relações entre os três grupos de trabalho da escola, alunos, professores, administradores. (TEIXEIRA, 2006, p. 258)

Em outras palavras, Anísio Teixeira chama a escola de comunidade em miniatura como protótipo da vida democrática. Nesse modelo de escola, indivíduo e grupo trabalharão distribuindo funções, uma vez que o indivíduo conhece que ele, “em si e por si, é somente necessidade e impotência: que só existe em função dos outros e por causa dos outros; que a sua ação é sempre trans-ação com as coisas e as pessoas [...] cada um depende de todos e todos dependem de cada um”. (TEIXEIRA, 2006, p. 262). Todo esse trabalho da escola democrática tem como meta a educação do indivíduo e “fazê-lo participante inteligente e ajustado de uma sociedade de todos e para todos, em que o respeito e o interesse pelos outros se estendam além das estratificações sociais”. (TEIXEIRA, 2006, p. 260). Ou seja, a educação democrática procura conduzir o homem para que ele tenha entendimento de que o seu existir é um existir em sociedade. Além de pertencer a uma família ou grupo social, ele compõe os membros de seu país e de toda a humanidade.

Esse existir em sociedade deve ser o quadro geral da escola, que, por isso mesmo, se organiza em comunidade de professores, alunos e pais, desenvolvendo o seu programa de atividades, em decorrência de tal viver associado, que marca toda a experiência escolar, transformada, assim, na experiência democrática por excelência. (TEIXEIRA, 2006, p. 263).

Anísio Teixeira pondera que nessa escola se reproduz um ideal de vida comunitária e de igualdade humana, que é a essência da vida democrática. Nesse modelo ideal de escola, nas palavras do autor, “o rigor exato do trabalho, a doce intimidade da família e a alegre animação do clube se casam”. (TEIXEIRA, 2006, p. 263). Dado que toda ação é partilhada, a ideia de participação se faz muito presente, e o ser é inserido em uma compreensão de que ele não pode realizar-se a si mesmo sem ser útil aos outros e vice-versa.

A democracia, assim, não é algo especial que se acrescenta à vida, mas um modo próprio de viver que a escola lhe vai ensinar, fazendo-o um socius mais que um puro indivíduo, em sua experiência de vida, de sorte a que estudar, aprender, trabalhar, divertir-se, conviver, sejam aspectos diversos de participação, graças aos quais o indivíduo vai conquistar aquela autonomia e liberdade progressivas, que farão dele o cidadão útil e inteligente de uma sociedade realmente democrática. (TEIXEIRA, 2006, p. 264).

O ideal de escola democrática proposto pelo autor requer “a transformação da escola em uma instituição educativa onde existam condições reais para as experiências formadoras”. (TEIXEIRA, 2006, p. 267). Sendo assim, a escola democrática, com a participação de todos como iguais, levará ao reconhecimento dos méritos de cada um, gerando uma participação integradora na vida comum, desenvolvendo um sentimento mútuo de utilidade no conjunto.

A essência da teoria democrática é a supressão de qualquer imposição de classe, fundada no postulado ou na crença de que os conflitos e problemas humanos, sejam econômicos, políticos, ou sociais, são solucionáveis pela educação, isto é, pela cooperação voluntária, mobilizada pela opinião pública esclarecida. (TEIXEIRA, 2009, p. 65).

Essa opinião pública esclarecida se formará na medida em que as pesquisas trouxeram à tona os melhores conhecimentos existentes e estes forem difundidos de maneira completa e imparcial, ficando acessíveis a todos da sociedade democrática.

É fundamental entender, a partir de Anísio Teixeira, que a sociedade democrática não é algo que o homem alcança por vocação natural, mas é, antes de tudo, “uma afirmação política, uma aspiração, um ideal ou, talvez, uma profecia<sup>5</sup>”. (TEIXEIRA, 2006, p. 269). Sabemos que historicamente a sociedade democrática não nasce como inclinação natural do homem. O autor pondera que, espontaneamente, a sociedade não poderá jamais ser democrática, bem como nenhuma organização social.

A sociedade democrática não pode, por natureza, ser espontânea. [...] Foi e é uma opção, e só se realiza, se é que chegará um dia a realizar-se, por um tremendo esforço educativo. Por isso é que a relação entre democracia e educação é intrínseca e não extrínseca, como sucede em outras formas de sociedade. A aristocracia, a autocracia, o regime de castas etc., todos podem existir sem educação intencional para todos. [...] A democracia não pode existir sem educação para todos e cada um, pois importa em transformar, não alguns homens, mas todos os homens para – contra tendências hereditárias, sociais, se não biológicas – rematar, por evolução consciente, a obra que as sucessivas civilizações, desde o começo dos séculos, vêm realizando pela injustiça e consequentemente violência. Todas as outras formas de sociedade precisam de alguma educação, mas só a democracia precisa de educação para todos e na maior quantidade possível. (TEIXEIRA, 2006, p. 269-270)

Argumentamos que, na medida em que fizermos da escola uma comunidade em miniatura, no processo educacional, “teremos criado para as crianças e os adolescentes, vale dizer, para os futuros homens, não só o mais eficiente instrumento de educação, como o melhor presságio de uma possível verdadeira sociedade democrática”. (TEIXEIRA, 2006, p. 270). Com esse pensamento, Anísio Teixeira esmera-se em possibilitar uma compreensão de educação que se dedique à nobre missão de tornar o homem um ser responsável, crítico e conhecedor de seu tempo e de sua civilização a fim de utilizar, de maneira razoável, a inteligência.

Sua persistência na defesa da democracia educacional, recheada pela filosofia da educação e pela aguda compreensão que possuía da realidade social brasileira, transformou-o no educador apaixonado e competente classicamente referenciado nos meandros da discussão educacional. Vejamos:

O que torna a trajetória de Anísio Teixeira admirável é a persistência na defesa da democracia e da educação para a democracia, que constituiu o motivo central de devotamento da sua vida. Essa defesa não é apenas apaixonada. É polida por uma filosofia da educação e uma compreensão aguda da história da sociedade brasileira.

---

<sup>5</sup> Profecia é diferente de predição. Esta é previsão de acontecimento, aquela é programação da ação. “A profecia democrática é um programa de sociedade igualitária, fundado na afirmação política de que os homens, a despeito de suas diferenças individuais, se adequadamente educados, adquirirão uma capacidade básica comum de entendimento e ação, suscetível de levá-los a uma vida associada, de que todos partilhem igualmente”. (TEIXEIRA, 2006, p. 269).

É iluminada, como dizia Florestan Fernandes, pela sua imaginação pedagógica. (FERNANDES, 1992, p. 46).

As palavras acima são ressaltadas de modo a evidenciar a persistência de Anísio Teixeira em prol da educação democrática. Não se trata apenas de uma paixão sua, mas também de uma concepção de educação pautada nos fundamentos da Filosofia da Educação e de sua compreensão histórico-social da realidade educacional brasileira. De posse dessa compreensão de educação democrática a partir do pensamento pedagógico de Anísio Teixeira, vejamos, a seguir, algumas reflexões acerca da democratização de acesso à educação de qualidade, bem como da gestão democrática da educação pública.

### **DEMOCRATIZAÇÃO DE ACESSO E A QUESTÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Quando discutimos a gestão democrática da escola pública, remetemo-nos às implicações relativas ao envolvimento dos usuários dessa escola com os problemas referentes a ela. Ponderamos que pensar a gestão democrática<sup>6</sup> da escola pública no Brasil contemporâneo exige um pensar diferente daquele em que as responsabilidades restringiam-se a diretor, secretário e professores. Argumentamos, entretanto, que a divisão das responsabilidades escolares envolvendo todos os seus usuários é uma necessidade para se atingir o mesmo objetivo comum: a educação de qualidade para todos.

Pensar dessa outra forma também nos responsabiliza mais; nos obriga, como educadores, professores e cidadãos, a abrir a unidade escolar para a participação efetiva dos seus usuários reais ou potenciais, de forma a permitir que cada escola pública construa um projeto de trabalho e ensino que a torne menos subserviente aos interesses dominantes presentes no Estado. Não basta, no entanto, defender a participação. É preciso também avaliar em que condições essa participação pode tornar-se realidade, e isso pressupõe a investigação tanto das potencialidades da participação quanto dos obstáculos a ela, presentes não só na unidade escolar, mas também na comunidade em que está instalada. (NUNES, 2009, p. 15).

Para o alcance da educação de qualidade para todos, entendemos que há a necessidade histórica do planejamento educacional estratégico, ou seja, é indispensável avaliar constantemente as potencialidades disponíveis na comunidade para essa participação e medir os obstáculos, a fim de que estes não acabem por sufocar as potencialidades.

---

<sup>6</sup> “Isso envolve um conceito de democracia rigoroso que leva em conta a convivência livre entre sujeitos, que impregna a própria prática pedagógica e contempla a participação autônoma de todos os setores envolvidos na escola. A provisão de mecanismos de participação (conselhos escolares, processos eletivos de dirigentes, direção colegiada etc.) deve, por conseguinte, servir a um processo de tomada de decisões que favoreça o esforço coletivo de realização da educação de qualidade, condizente com a constituição de personalidades humano-históricas”. (PARO, 2008, p. 1)

Quando se propõe avaliar, é sempre bom ter em mente o fato acontecido e visualizar os caminhos a serem trilhados, com o propósito de melhorar. Logo, pensa-se nessa questão, em considerar os padrões mínimos de qualidade da educação que é oferecida.

Trata-se da avaliação de resultados, enquanto momento essencial no processo administrativo, propiciador [...] de elementos que possibilitam informações constantes sobre o andamento do processo, para que se possam corrigir rumos, providenciar recursos, adequar procedimentos, redimensionar metas, superar fracassos, tudo isso que, em geral, está ausente da rede pública de ensino. Nesta, a única avaliação presente, em geral, é aquela [...] em que por meio de um processo punitivo procura-se culpar o aluno pelo fracasso do ensino, em lugar de avaliar o próprio trabalho da escola e reconhecer o quanto ela é ineficiente. A esse respeito, parece que uma medida que se faz necessária é acabar com as reprovações anuais. (PARO, 2000, p. 93).

Sendo assim, o desafio nesse campo consiste em entender que a melhoria da educação, fomentada a partir da gestão democrática, leva em conta um processo constante e significativo de avaliação de todo o trabalho, que consiste em rever o desempenho e procurar meios de corrigir os erros durante todo o tempo, compreendendo o fenômeno educacional, bem como seu processo avaliativo, de forma processual e constante.

A gestão democrática da educação pública vem como uma necessidade de efetivar a boa educação, isto é, aquela educação que possibilita a formação do cidadão capaz de um pensar crítico acerca dos problemas de seu tempo e de viver também de forma democrática. Nas palavras de Anísio Teixeira (2009, p. 99):

A forma democrática implica um desenvolvimento social e político que tem por base a educabilidade humana, e no qual a educação é concebida como processo deliberado, sistemático, progressivo e, praticamente, indefinido de formação do indivíduo e de realização da própria forma democrática.

Argumentamos que esse processo deliberado, sistemático e progressivo da formação do indivíduo está diretamente relacionado com a realização e efetivação da gestão democrática. Sendo assim, tem a preocupação de livrar a escola de influências político-partidárias e eleitorais e, conseqüentemente, fazer com que a educação liberte-se da burocracia do Estado. Nesta perspectiva, no exercício da gestão democrática, propõe-se que:

[...] os serviços de educação constituiriam serviços autônomos, de responsabilidade conjunta da União, dos estados e dos municípios, superintendidos por conselhos representativos da sociedade e de composição leiga. Os recursos mínimos, previstos na Constituição, para tais serviços, passariam a ser considerados fundos de educação a serem administrados pelos conselhos. (TEIXEIRA, 2009, p. 100).

Essa concepção apresentada acima, de gestão democrática da escola pública composta por conselhos de leigos, é uma experiência histórica de planejamento da

educação que constitui legado do educador baiano, e pensamos que poderia muito bem ser sintetizada ou traduzida como paradigma da gestão educacional, nas seguintes palavras do próprio Anísio Teixeira (2009, p. 99): “As relações, portanto, entre Estado democrático e a educação são relações intrínsecas, no sentido de que a educação é a condição *sine qua non*<sup>7</sup> da existência do Estado democrático”. Sendo a educação um direito constitucional de todos os brasileiros e responsabilidade das três esferas de governo: federal, estadual e municipal, com ações mutuamente complementares, “torna indispensável um mínimo de ação coordenada e uniforme em que, acima de tudo, se fixem as responsabilidades de financiamento do esforço comum de educação de todos os brasileiros”. (TEIXEIRA, 2009, p. 100). Quando essa concepção está clara no entendimento das pessoas envolvidas com a escola, ou do que chamamos de usuários da escola pública, isto facilita a busca por garantia de educação de qualidade a ser oferecida a todos os brasileiros. Ou seja, há a exigência de uma escola de qualidade que ofereça aos educandos uma base educacional, não permitindo, assim, que para esta os recursos sejam deficitários. Argumentamos que é esse o entendimento que poderá permitir aos envolvidos na educação pública compreender os condicionantes internos e externos relacionados à gestão democrática da escola pública.

Os condicionantes internos da gestão democrática mostram-nos que o maior desafio da gestão democrática da escola pública está em lidar com o fato de que os usuários da escola dos tempos hodiernos não são os mesmos de décadas anteriores.

Com a democratização do acesso à escola pública, esta passa a apresentar condições cada vez piores de funcionamento, o que leva à transferência para a rede escolar privada dos filhos de grupos sociais de melhor situação econômica e com maior poder de pressão sobre o Estado. A rede pública passa, então, a atender uma população totalmente diversa daquela à qual estava habituada a servir, só que, agora, sob precárias condições de funcionamento, já que o Estado Brasileiro, porta-voz, em muito maior medida, dos interesses das elites econômicas, tem-se mostrado inteiramente desinteressado pela apropriação do saber por parte das camadas pobres e majoritárias da população que procura a escola pública. (PARO, 2000, p. 87).

Ora, uma vez desvelada a causa da falta de cuidado e atenção para com a escola pública da atualidade, vimos que, com essa mudança de usuários, ela continua buscando atingir os mesmos objetivos que buscava décadas atrás. Uma vez que seus usuários mudaram e as forças de pressão e os interesses são outros, seus objetivos deveriam ser revistos. É nesse sentido que a escola poderá estimular os educadores quanto à falta de perspectiva do trabalho docente.

É preciso, pois, antes de tudo, refletir a respeito da necessidade de um novo objetivo para a escola pública, já que nova é a sua população usuária. Mas isto não significa reivindicar um ensino mais pobre para populações pobres, [...] [e sim] buscar o provimento de um ensino adequado aos interesses dessa população, interesses estes

---

<sup>7</sup> A expressão latina *sine qua non* significa algo como “sem o qual não pode ser” e é utilizada até hoje, na maioria das vezes, como sinônimo de “indispensável”.

que são diversos, e em muitos aspectos antagônicos, aos dos grupos que antes faziam uso da escola pública fundamental. (PARO, 2000, p. 87).

Toda essa reflexão evidencia a complexidade da questão e aponta para a necessidade de uma reflexão que mostre a importância da mudança inclusive de programas, de métodos, de currículos e mesmo de conteúdos na educação. Uma mudança que se preocupe em não empobrecer o ensino, mas que leve em conta a realidade e as perspectivas de seus novos usuários. Sabemos que o acesso à cultura constitui um direito universal do indivíduo enquanto ser humano pertencente a determinada sociedade. Entretanto, “os objetivos visados podem variar de acordo com os grupos sociais aos quais se pretende servir com essa apropriação cultural”. (PARO, 2000, p. 88). Sendo assim, constitui uma provocação descobrir “quais são os objetivos que podem ser perseguidos para atender aos interesses das camadas de trabalhadores que se servem da escola pública”. (PARO, 2000, p. 89). Para isso, é necessário uma investigação rigorosa a fim de se compreender o que realmente essa população espera da escola pública e o que esta lhe pode oferecer efetivamente.

Entendemos que ter consciência das expectativas sociais a respeito da educação de qualidade para todos é muito importante, pois as camadas trabalhadoras, por meio da apropriação do saber, de posse do conhecimento acerca da realidade injusta que as faz, muitas vezes, de massa de manobra, assumirão o papel de sujeitos históricos que lutam em prol da superação das injustiças a que estão submetidas. Isso é entendido como uma perspectiva de qualidade do ensino, no sentido de que, para essa conquista, busca-se não baratear a escola, mas a meta é sempre uma escola de qualidade. Vejamos, então, em que medida se dão tais perspectivas.

Os condicionantes externos imbricados na gestão democrática da escola pública apontam para a necessidade de uma compreensão das causas referentes aos altos índices de repetência e evasão, bem como dos resultados ineficientes daqueles que são aprovados: “[...] a imensa maioria das pessoas que são aprovadas está longe de apresentar um padrão satisfatório de apreensão dos conteúdos que a escola diz oferecer”. (PARO, 2000, p. 90). O fato de o Estado isentar-se de oferecer uma educação de qualidade ao cidadão e se livrar de dar explicações a uma sociedade que não tem poder de pressão sobre si coloca-o em posição de tranquilidade. Mas isso não quer dizer que devamos nos eximir de “estudar a maneira de exigir padrões mínimos de qualidade compatíveis com os interesses dos usuários”. (PARO, 2000, p. 90). Essa reflexão aponta para a perspectiva de que, desvelada essa questão, a comunidade educativa não mais incorra no erro de, ao programar os conteúdos, métodos, currículos e meios, pautar-se pelos padrões tradicionais, mas sim entender que o desafio está em:

[...] fazer uma escola competente para atender o seu usuário de hoje. Porém, [...] é preciso insistir em que adequar-se aos usuários não significa “baratear” conteúdos, mas sim colocar-se em consonância com as características e com os reais interesses (imediatos e estratégicos) da população a que se destina. (PARO, 2000, p. 91).

Portanto, entendemos que, se a população usuária da escola pública mudou, seus métodos e conteúdos devem seguir o mesmo caminho da mudança para que, assim, a escola possa estabelecer comunicação e sintonia com seus usuários, sem, no entanto, como argumenta Paro (2000), tenha de “baratear” conteúdos, mas sim levar em conta as características e interesses de seus destinatários.

Desse modo, desponta um longo caminho a ser percorrido e não basta mudar somente os conteúdos, mas também a maneira de comunicá-los aos estudantes. Sendo assim:

Há um enorme caminho a percorrer no sentido de refazer inteiramente os currículos e programas, procurando selecionar, entre a imensa gama de conhecimentos acumulados historicamente, aqueles que melhor sirvam ao propósito de fornecer aos usuários elementos culturais necessários quer para melhor conduzir-se em sua vida pessoal, na produção de sua existência material e social, quer para captar mais criticamente o real, lutando para superar as injustiças de que são vítimas. (PARO, 2000, p. 91).

Esse processo deve levar em conta que a educação democrática de acesso para todos prepara para a cidadania e, sendo assim, o método de ensino também se orienta no sentido de conduzir o estudante para ser sujeito de seu aprendizado, fazendo dele um cidadão na compreensão e condução de sua vida.

As reflexões anteriores permitem afirmar que “ensinar é, acima de tudo, atribuição profissional da escola e que se o aluno não aprende é porque esta foi incompetente para ensiná-lo”. (PARO, 2000, p. 94). É evidente que devemos ponderar sobre esta atribuição da escola segundo Paro; afinal, a escola é um dentre diversos institutos sociais, logo, a incompetência do ensino deve ser pensada também à luz das diversidades sociais. Compreendemos a necessidade constante de se buscarem racionalmente os objetivos para que estes estejam em consonância com a realidade possivelmente aplicável. E sabemos que, no processo administrativo da gestão democrática da escola pública, a preocupação com a educação de qualidade se faz quando esse trabalho possa contar com uma administração capacitada que “leve em conta os interesses dos usuários [e] deve induzir necessariamente a se priorizarem formas eficazes de proceder à avaliação do desempenho da escola, envolvendo nesse processo os próprios usuários que são os mais diretos beneficiários de uma educação de qualidade”. (PARO, 2000, p. 94). Compreendemos que são os pais e alunos os principais usuários da escola e a eles compete apontar problemas e dar sugestões de acordo com seus interesses. Isso se consegue com conscientização. “A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia”. (FREIRE, 1980, p. 28). E a conscientização é tomar posse da realidade, e esse apossar-se do real provoca a desmitologização.

E, assim, quanto mais conscientizados os usuários da escola pública sobre os problemas que a cercam e sobre a importância de seu envolvimento nas provocações a elas lançadas, mais capacitados para denunciar as situações desumanizantes e anunciar perspectivas ou saídas práticas para superar os problemas. Ponderamos, assim,

que conforme os compromissos de transformação que assume conjuntamente toda a comunidade escolar, isto é, todos os envolvidos nos entornos da escola pública, será também o empenho de todos no alcance de suas metas.

Na atualidade, acompanhamos os processos de envolvimento da sociedade brasileira na consolidação do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no Congresso Nacional. A respeito da democratização de acesso à escola pública e permanência nela, deparamos com as palavras: ampliação, laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, universalização de acesso, garantia de qualidade, gestão democrática, educação de qualidade como um direito social. (BRASIL, 2010, p. 61). Vimos que são palavras-chave da concepção liberal, pragmática de ensino, cunhadas pela Escola Nova, especificamente na obra de Anísio Teixeira. Quando se refere à questão da democratização da educação, neste quesito, nota-se que há uma defesa forte da possibilidade de uma verdadeira democratização da educação, na medida em que se adquirir uma compreensão expandida da complexidade do processo educacional. Vejamos:

A efetivação do sucesso escolar implica a superação de uma visão que atribui exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo seu desempenho escolar. Sua garantia dar-se-á por meio de ações integradas que implicam a compreensão do fenômeno educativo na sua dimensão pedagógica, institucional, relacional, cultural e social. (BRASIL, 2010, p. 63)

Entendemos que a efetivação desse processo depende de uma compreensão geral da sociedade, digamos não somente da comunidade educativa, de reivindicar, para compor como elemento desse processo educativo, a participação, a autonomia, a transparência e a pluralidade. Isso apontará para aquilo que denominamos gestão democrática da educação, que exige o envolvimento de todos os segmentos que compõem o processo educativo na definição dos rumos que devem ser impressos na educação, executados pelas instituições de ensino. Podemos dizer que esta participação já ocorre por meio da representação das diversas entidades que se ocupam da educação; aliás, esta diversidade de posições gerou uma grande quantidade de emendas ao PNE. Entendemos que a contínua avaliação das ações constitui elemento essencial para a garantia do sucesso desse ideal. E essa atividade importante que é a avaliação dos processos está atrelada à capacidade de todos os envolvidos no processo educativo a uma abertura para a cultura da crítica e também da autocrítica.

Sabemos que a democratização tem sido bandeira de movimentos, mas seu atendimento ainda é muito tímido no Brasil. Podemos conferir estas palavras diretamente no texto do referido plano:

A educação pública vem sendo produzida historicamente nos embates político-sociais, a partir da luta em prol da ampliação, da laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade, da universalização do acesso, da gestão democrática, da ampliação da jornada escolar, da educação de tempo integral, da garantia de padrão de qualidade. Esses aspectos vinculam-se à criação de condições para a oferta de educação pública, envolvendo a educação básica e superior, tendo por base a educação de qualidade como direito

social. No Brasil, a luta pela democratização da educação tem sido uma bandeira dos movimentos sociais, de longa data. Podem-se identificar em nossa história inúmeros movimentos, gerados pela sociedade civil, que exigiam (e exigem) a ampliação do atendimento educacional a parcelas cada vez mais amplas da sociedade. O Estado, de sua parte, vem atendendo a essas reivindicações de forma muito tímida, longe da universalização esperada. (BRASIL, 2010, p. 61)

Ora, o PNE determina a criação de condições para a oferta de educação pública, tendo por base a educação de qualidade como direito social. Essa expressão “educação de qualidade” aponta para a mesma concepção de educação anisiana, quando naquela época ele reivindicava escolas ricas e professores habilitados, e comentava: “já não digo competentes”. (OLIVEIRA, 2000, p. 96). Mas, certamente, hoje a competência seria duramente exigida por ele, como também deve ser exigência nossa, uma vez que vivemos em uma sociedade extremamente complexa e exigente, talvez não menos que à época de Anísio Teixeira, mas com os recursos de hoje ao nosso dispor.

O Estado brasileiro, como sabemos, ainda não atende às exigências para a efetiva universalização da educação democrática e de qualidade. Conforme o próprio texto do PNE: “O Estado, de sua parte, vem atendendo a essas reivindicações de forma muito tímida, longe da universalização esperada”. (BRASIL, 2010, p. 61). Questionamos: não está na hora de a sociedade brasileira cobrar uma punição severa ao Estado pelo não cumprimento de suas promessas, ou melhor, de sua própria legislação, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, nos artigos 2º e 3º e seus respectivos incisos, garante esse direito?<sup>8</sup> O porquê e o como fazer isso? Por analogia, podemos considerar o caso de uma pessoa que, na área da Saúde, necessita de tratamento com remédios de alto custo. Quando o Estado não o fornece, o Ministério Público obriga-o a fazê-lo. No campo da Educação, caberia uma politização social no sentido de incriminar o próprio Estado e obrigá-lo a cumprir os direitos<sup>9</sup> dos cidadãos, conforme exigem as leis. Existem instrumentos para este fim, como, por exemplo, uma Ação Civil Pública ou mesmo a interferência direta do Ministério Público da União; no entanto, percebemos que a questão educacional não tem sido levada a sério, como Anísio Teixeira já reivindicava à sua época.

---

<sup>8</sup> “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”. (BRASIL, 1996).

<sup>9</sup> E quando falamos de direito, estamos no campo do direito positivo, no sentido de que é preciso cumprir o “conjunto de normas ou das leis criadas pelos homens, suscetíveis de reger determinada sociedade numa determinada época”. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 73).

Mesmo considerando o esforço do Estado em cumprir essa demanda, sabemos que isto é feito de forma focada<sup>10</sup> e restritiva. O Estado brasileiro não pode ignorar a necessidade de investimento em educação e, a despeito de este discurso ser corrente na sociedade, aqui se defende a necessidade de investimentos para que a qualidade da educação possa ser, de fato, garantida<sup>11</sup>.

Sabemos, pela trajetória da educação brasileira, que Anísio Teixeira, juntamente com os colegas intelectuais de sua época, não ficaram inertes frente às provocações de seu tempo, mas foram à luta em prol de uma educação democrática e pública de qualidade, com igualdade de acesso e permanência para todos. Só para retomar, no caso de Anísio Teixeira, citamos o exemplo de seu engajamento no “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova”, em 1932, do qual foi signatário, bem como em outro manifesto, “Mais uma vez convocados”, redigido por Fernando de Azevedo e publicado em 1º de julho de 1959, como reafirmação do já citado manifesto dos pioneiros<sup>12</sup>. Na lembrança da história do percurso pelo qual passou a educação brasileira, sabemos que:

Resgatando o ideário liberal definido no “Manifesto dos Pioneiros”, o “Mais uma vez convocados” se posicionava contra o discurso da Igreja Católica sobre a “liberdade de ensino”, discurso esse que se transformou em plataforma política do deputado Carlos Lacerda, para defender a atuação da rede privada de ensino na oferta da educação básica. O manifesto prossegue reafirmando a educação como bem público e dever do Estado. Nele reaparece a proposta dos pioneiros da educação nova, de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita. (BOMENY, 2011).

Compreendemos que Anísio Teixeira, como signatário desses movimentos, defende nos manifestos supramencionados a ideia de que a democratização de acesso é entendida não só com o ingresso, mas também com a garantia de permanência e sucesso na escola. A democratização de acesso leva em conta a formação continuada dos profissionais da educação. Acesso, permanência e sucesso constituem elementos

---

<sup>10</sup> “A focalização se deu na ampliação significativa do acesso a apenas um dos seguimentos [sic] da educação básica: o ensino fundamental, com o atendimento a 32.086,188 estudantes (Inep, 2007). Porém, mesmo nesse segmento, há uma restrição evidente, pois somente às crianças de seis a quatorze anos é garantida a oferta obrigatória do ensino fundamental. Com isso, parcela dos/das jovens e adultos/as ficam à margem do atendimento no ensino fundamental, bem como parte do ensino médio têm [sic] atendimento ainda mais insuficiente pelo Estado. O que assume dimensão mais crítica, quando se trata de garantir acesso com qualidade à educação superior”. (BRASIL, 2010, p. 61).

<sup>11</sup> Está acontecendo em todo o Brasil o plebiscito popular que busca garantir a aplicação imediata de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública brasileira. A campanha nacional apresenta-se com o *slogan* “10 % do PIB para a Educação Pública já!”. Ainda está em andamento o plebiscito e, portanto, estejamos atentos aos resultados finais da luta da sociedade para garantir educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

<sup>12</sup> “O manifesto dos educadores ‘Mais uma vez convocados’, reafirmação do ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’, de 1932, veio à luz em 01 de julho de 1959. Redigido novamente por *Fernando de Azevedo*, contou com 189 assinaturas, entre as quais as de *Anísio Teixeira*, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, *Darci Ribeiro*, Álvaro Vieira Pinto”. (BOMENY, 2011 - grifos nossos)

indispensáveis para a compreensão e efetivação da democratização. O PNE por ocasião de sua tramitação dispunha:

É importante destacar que a *democratização da educação* não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário também garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com *acesso e permanência* de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. (BRASIL, 2010, p. 62, grifos do autor)

Sabemos, entretanto, que somente essas três características ainda não completam o sentido amplo da democratização da educação. As particularidades das realidades rurais do Brasil de hoje devem ser consideradas, como, por exemplo, o fato de que a maioria dos jovens que concluem o ensino médio nas pequenas cidades sonha com a possibilidade de continuar seus estudos no ensino superior. Além do mais, é preciso levar em conta que “a democratização do acesso deve prever a realidade das crianças rurais que usam parte do seu tempo para deslocamento até as sedes dos municípios”. (BRASIL, 2010, p. 62). Diante do quadro da educação brasileira atual, o PNE advertiu que a questão da democratização de acesso está atrelada também ao fenômeno da urbanização, que provoca o apagamento da cultura local. Pondera, igualmente, acerca da importância da nuclearização como garantia da qualidade do ensino, bem como reivindica a qualidade da infraestrutura escolar que irá incidir diretamente na qualidade da educação. Da mesma forma, não podemos deixar de reivindicar continuamente um investimento financeiro e humano para possibilitar a formação continuada dos profissionais da educação.

Podemos ressaltar outro aspecto que incide diretamente na questão da democratização da educação de qualidade para todos e que está condicionado à infraestrutura da educação atual: a questão da qualidade das escolas<sup>13</sup>. Considerando o texto do PNE, ainda pro ocasião da tramitação, a escola, como última faceta da democratização, deve ser o espaço para o exercício da cidadania.

Se de um lado, o *acesso, permanência e sucesso* caracterizam-se como aspectos fundamentais da democratização e do direito à educação, de outro, o modo pelo qual essa prática social é internamente desenvolvida pelos sistemas de ensino, as escolas tornam-se a chave-mestra para o seu entendimento. Esta última faceta da democratização da educação indica a necessidade de que o processo educativo seja um espaço para o exercício democrático. E, para que isso aconteça, surge nova forma de conceber a gestão da educação: a gestão democrática. (BRASIL, 2010, p. 62, grifos do autor).

A gestão democrática, na perspectiva do PNE, pode ser considerada a garantia do direito à educação, que se desdobra em uma trajetória escolar sem interrupções, em

<sup>13</sup> “Em uma espécie de voluntarismo calculado, construído pela crítica das condições escolares, pela crítica do privilégio das elites e pela autocrítica e crítica da sua gestão, Anísio Teixeira concebeu a escola como um espaço real no qual a criança do povo pudesse praticar uma vida melhor: livros, revistas, estudo, recreação, saúde, professores bem preparados, ciência, arte, clareza de percepção e crítica, tenacidade de propósitos.” (NUNES, 2000, p. 11)

que se preza o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade, à igualdade e a habilidade para o fomento do pensamento crítico. Os cursos de graduação preparam os profissionais da educação para o exercício da gestão democrática, entendida como participação, autonomia, transparência e pluralidade. Entendemos que todo esse processo passa por uma valoração positiva da escola.

A instituição de ensino de boa qualidade é vista positivamente pela comunidade escolar, resultando, conseqüentemente, em maior empenho de todos no processo de aprendizagem. E esse envolvimento normalmente adquire respostas e adesões mais positivas, “sobretudo porque as aulas e as atividades educativas são mais abrangentes e, ao mesmo tempo, envolventes, geralmente porque os/as professores/as utilizam estratégias e recursos pedagógicos adequados aos conteúdos e às características dos/as estudantes”. (BRASIL, 2010, p. 64). Sabemos que, quando a comunidade se sente responsável pela escola e seus projetos, ela se envolve mais no processo de aprendizagem, fazendo com que os trabalhos educativos sejam reconhecidos e valorizados.

Por fim, sabemos que todas essas reflexões certamente são de conhecimento dos que hoje vivem inseridos no processo educativo formal; entretanto, é bom ressaltar a triste realidade que se desvela nos dados da educação brasileira<sup>14</sup>. Diante desta realidade, percebemos a urgência da expansão da educação de qualidade para todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a discussão acerca da educação democrática e pública de qualidade a partir do pensamento pedagógico de Anísio Teixeira apontou para a necessidade de se fomentar uma contínua qualificação do ensino público que invista na formação humana, levando em conta “o bem do conjunto social”, de forma que o estudante desenvolva o pensamento crítico, contribuindo, assim, para o fomento da sociedade democrática.

Compreendemos que o Estado democrático nasce de sua relação intrínseca com a educação. “As relações, portanto, entre Estado democrático e a educação são relações intrínsecas, no sentido de que a educação é a condição *sine qua non* da existência do Estado democrático”. (TEIXEIRA, 2009, p. 99).

---

<sup>14</sup> “Os dados da educação brasileira evidenciam que ainda há cerca de 14 milhões de pessoas analfabetas; [...] a defasagem idade-série continua sendo um dos grandes problemas da educação básica; é baixa a média de anos de estudos da população brasileira, que gira em torno de seis anos de escolarização. [...] Segundo o Pnad 2006, 89,3% da população branca é escolarizada, enquanto na população negra e parda esse índice não ultrapassa os 79,6%. [...] A proporção de matrículas no nível adequado à idade no ensino médio era de 58,4%, para a população branca, e de 37,4%, para a população negra. [...] No Brasil, pode-se afirmar que o acesso ao ensino superior ainda é bastante restrito e não atende à demanda, principalmente na faixa etária de 18 a 24 anos, pois apenas 12,1% dessa população encontram-se matriculados em algum curso de graduação (Inep, 2007). Além disso, 74,1% das matrículas estão no setor privado, enquanto apenas 25,9% estão em IES públicas; cerca de 68% das matrículas do setor privado são registradas no turno noturno, enquanto o setor público apresenta um percentual de 36%”. (BRASIL, 2010, p. 64-68).

A democratização de acesso significa garantir a permanência e o sucesso do educando na escola. E o processo de formação do educador é fator imprescindível na concretização dessa conquista. Sabemos, entretanto, das dificuldades do sistema educacional atual para contemplar o sentido amplo da democratização da educação. As particularidades da realidade rural do Brasil de hoje devem ser consideradas, como, por exemplo, o fato de que a maioria dos jovens que concluem o ensino médio nas pequenas cidades sonha com a possibilidade de continuar seus estudos no ensino superior. Além do mais, é preciso levar em conta que “a democratização do acesso deve prever a realidade das crianças rurais que usam parte do seu tempo para deslocamento até as sedes dos municípios”. (BRASIL, 2010, p. 62).

A intencionalidade que Anísio Teixeira reivindica para o planejamento educacional constitui fator indispensável para o regime político e social democrático. O autor deixa claro que a educação democrática é um programa de vida vinculado ao desejo comum de educação para todos. Dessa forma, a educação para todos, no legado do autor, evitaria a exclusão.

Em síntese, a leitura de Anísio Teixeira nos faz compreender que o homem por si só não chega ao patamar de uma ordenada vida social. O autor aposta firmemente na necessidade de melhor educar o homem para que ele exerça o papel de participante e modificador da sociedade, mediante a sua liberdade de pensamento e de crítica. Sendo assim, é fundamental entender, a partir de Anísio Teixeira, que a sociedade democrática não é algo que o homem alcança por vocação natural, mas é, antes de tudo, uma afirmação política, uma aspiração, um ideal.

NOBRE, José Aguiar; MENDONÇA, Samuel. Anísio Teixeira and the Democratic and Quality Public Education: Reflections on the Implications of Educational Management. *Educação em Revista*, Marília, v. 17, n.2, p. 25-44, Jul.-Dez. 2016.

**ABSTRACT:** This theoretical article, confined to the field of philosophy of education, addresses the issue of democratic quality public education in Anísio Teixeira and its impact on the educational management. The problem concerns the question: what is the relationship between the management of education and democratic society considering the pedagogical thought of Anísio Teixeira. In order to revisit the thought of Teixeira and show its power to discussions about public policies in general, and educational management in a particular way, it is argued that the concept of democracy is not limited to the form of government, but precisely relates to a new social organization, intended to provide to all individuals equal opportunities and equal responsibilities for the free expansion of their values. We discuss about the need for constant evaluation of the potential available in the community of users of public school for their participation in democratic management, measuring the obstacles so that they do not end up stifling the community's potential. The results are to admit that the struggle for the democratization of access to good education and permanence in a successful school needs an education that is geared towards driving the student to be subject of his own learning, making him a citizen able to understand and conduct his life.

**KEYWORDS:** Anísio Teixeira. Democratic education. Educational management. Public school.

**REFERÊNCIAS**

- ANTUNES, Marcelo Moreira. Avaliação do ensino superior no Brasil e o plano nacional de educação 2001-2010. *Revista de Educação*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 39-47, jan./jun., 2011.
- BOMENY, Helena. *O Brasil de JK: manifesto “Mais uma vez convocados”*. Rio de Janeiro: São Paulo: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez>>. Acesso em: 9 maio 2011.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 9 maio 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação*. Brasília, DF, 2010.
- FERNANDES, Florestan. Anísio Teixeira e a luta pela escola pública. In: ROCHA, João Augusto de Lima (Org.). *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992. p. 45-52.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- JAEGER, Werner Wilhelm. *Paideia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Pereira. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 73, p. 9-40, dez. 2000.
- NUNES, Clarice. Apresentação à segunda edição. In: TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009. p. 9-21.
- OLIVEIRA, Hildérico Pinheiro de. Anísio Teixeira cem anos e o direito à Educação. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 31, p. 91-104, jul. 2000.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- PARO, Vitor Henrique. *Política educacional e prática da gestão escolar*. São Paulo, mar. 2008. Disponível em: <[http://forum.ulbratorres.com.br/2008/conferencias\\_texto/PARO.pdf](http://forum.ulbratorres.com.br/2008/conferencias_texto/PARO.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação e o mundo moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.
- TEIXEIRA, Anísio. *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos*. Organização de Clarice Nunes. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2007.
- WOODRUFF, Paul. *First democracy: the challenge of an ancient idea*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

---

Recebido em: 24/04/2015

Aprovado em: 05/07/2016

